



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Comandantes de Força; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras e Senhores,

Mais uma vez, tenho o prazer de receber os oficiais-generais recém-promovidos. Para mim, esta tem sido sempre uma cerimônia muito grata. É uma ocasião não só para homenagear as Forças Armadas pelo seu papel fundamental na defesa dos interesses do País, mas também para prestigiar a carreira militar, que se caracteriza por valores e padrões de conduta dos mais elevados.

Cada Força tem em seu patrono – Almirante Tamandaré, Duque de Caxias e Brigadeiro Eduardo Gomes – a personificação dos atributos de dedicação, abnegação, competência e liderança.

Que seus exemplos sejam perenes em inspiração e possam guiá-los na tarefa de condução dos destinos da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Costumo aproveitar esta oportunidade, como tenho feito todos os anos, para convidar os novos oficiais-generais a uma breve reflexão sobre os desafios que enfrentamos tanto no cenário internacional

quanto em nossos esforços internos de desenvolvimento. E os últimos tempos, os senhores bem o sabem, não têm deixado de trazer sobressaltos e perplexidades.

Eu disse recentemente, ao dar posse aos novos ministros, que, no mundo globalizado, nenhum país pode dar-se ao luxo de permanecer desconectado da realidade internacional, de adotar atitudes de introspecção, de voltar-se apenas para si próprio.

Creio que o Brasil de hoje já assimilou bastante esse aprendizado, e isso vale para as instituições do Estado e vale, também, para a sociedade como um todo.

Essa consciência, naturalmente, é resultado de um longo processo de amadurecimento político, em que o fortalecimento da democracia foi o ponto de partida.

Vejam, por exemplo, as conseqüências do conflito no Oriente Médio, uma região geograficamente distante do Brasil, mas que, sem dúvida, nos impõe uma tomada de posição clara e afirmativa em favor da paz, da conciliação e do reconhecimento dos direitos dos povos israelense e palestino.

Esta tem sido a nossa tradição, que vai muito além do discurso diplomático, pois reflete os interesses e valores da própria sociedade brasileira. Dentro de nossas possibilidades, temos nos empenhado em contribuir para o fim desse quadro de confrontação, de ódios e animosidades no Oriente Médio, que tanto tem abalado as relações internacionais.

É claro que a outros países com reservas de poder maiores que as nossas cabe a responsabilidade primordial pela solução do conflito entre palestinos e israelenses. Mas o Brasil não se omite em cumprir a sua parte, dentro de um contexto internacional no qual desejamos ver florescer, cada vez mais, atitudes de diálogo, solidariedade e cooperação, e não atos de imposição, intolerância e irracionalidade.

E essa disposição brasileira pode mesmo materializar-se em ações práticas. O esforço de paz no Oriente Médio passa necessariamente pelas perspectivas de construção do Estado Palestino, e para isso o Brasil pode vir a dar uma contribuição importante.

Mas qualquer iniciativa de cooperação pressupõe naturalmente a completa rejeição aos atos de violência e de terrorismo. Temos sido muito enfáticos nessa matéria, não só após o 11 de setembro, pois isso é o que está escrito na Constituição brasileira e é o que está arraigado na consciência do povo.

Daí o compromisso do Brasil em apoiar a luta internacional contra o terrorismo, em tudo aquilo que esteja a seu alcance.

Mas, se o mundo de hoje deve estar unido no combate ao terrorismo, é preciso manter a mesma coesão na defesa da democracia.

Temos tido experiências importantes nesse campo, e o que se passou, recentemente, na Venezuela é um sinal claro da necessidade de nos mantermos atentos aos riscos e incertezas que cercam a preservação da democracia em nossa região. O Brasil manifestou-se claramente contra a ruptura da ordem institucional na Venezuela e saudou o retorno do seu Presidente como um marco significativo dos esforços de consolidação democrática na América do Sul.

Esses esforços têm ocupado minhas atenções diretas desde que estou na Presidência da República – e mesmo antes, quando Chanceler –, na medida em que a democracia, além de ser um valor fundamental a ser defendido e preservado, é uma exigência prática, um requisito essencial da luta pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu próprio me empenhei – primeiro, no âmbito do Mercosul, depois no âmbito da reunião de presidentes sul-americanos – para a aprovação daquilo que ficou conhecido como “Cláusula Democrática”. E essa “Cláusula Democrática” – que posteriormente foi estendida ao sistema interamericano com um todo – foi invocada expressamente pelo Governo brasileiro no momento do episódio recente de quebra institucional na Venezuela.

O que significa essa “Cláusula Democrática”? Ela encerra duplamente um princípio e uma regra: o princípio de que os países da região são solidários uns com os outros na defesa da democracia; ou seja, defender a democracia em um país vizinho é tão importante quanto defendê-la em seu próprio país. E também é uma regra, porque envolve um mecanismo de consulta e concertação política, mediante o qual o país res-

ponsável pela ruptura institucional é passível de sanções e, até mesmo, de exclusão dos foros que representam a convivência democrática entre os países da região.

Creio, nesse sentido, que o caso da Venezuela foi uma experiência importante, na qual o Brasil assumiu uma posição firme e coerente. Firmeza e coerência são, na verdade, atributos formadores de qualquer política externa que pretenda expressar legitimamente o interesse nacional.

O Brasil assim tem atuado em questões de grande relevância para a sua inserção competitiva no mundo globalizado.

Os senhores Oficiais-Generais têm acompanhado as complexas negociações relativas ao acesso de nossos produtos aos mercados dos países desenvolvidos. A questão do aço é um exemplo das dificuldades que o protecionismo e as práticas desleais de comércio nos têm criado. Enfrentamos essas dificuldades sem timidez ou temor – pelo contrário, com o empenho e a competência de nossos negociadores.

A luta por maiores espaços no comércio internacional é uma luta que não se ganha com improvisações ou bravatas. Na verdade, é uma luta que requer inteligência, habilidade, profissionalismo, qualificação técnica. E é uma luta, sobretudo, que passa pela ação conjugada dos órgãos governamentais, das empresas, das consultorias, das entidades representativas. Enfim, é uma tarefa coletiva, de amplo alcance para os interesses do País, e acredito que nisso temos avançado bastante, como avançamos na construção do Mercosul, um esforço que vem de mais de uma década.

Se hoje o Mercosul passa por problemas que são resultado de conjunturas econômicas adversas, ele está cada vez mais firme e consolidado como projeto de integração entre sociedades. Tenho a convicção de que o Mercosul continuará fortalecido, talvez adaptado a novas realidades, mas sempre revigorado politicamente em seus objetivos essenciais. Para isso, nós estamos trabalhando.

No segundo semestre deste ano, o Brasil assumirá a presidência pro tempore do Mercosul, e eu tenho a certeza de que saberemos revitalizar esse projeto histórico de integração e encontrar os caminhos para o seu relançamento.

Ainda agora, no mês de maio, estaremos em Madri, numa reunião importante entre os Presidentes da União Européia e os Presidentes do Mercosul. Nessa reunião, tentaremos avançar alguns passos nas negociações comerciais entre a União Européia e o Mercosul.

Essa certeza é a mesma que me anima a dizer que a Argentina, que tem vivido um período bastante difícil, reencontrará seu caminho de estabilidade e progresso. Tenho conversado muito com o Presidente Duhalde – assim como têm feito entre si os ministros brasileiros e argentinos – sobre as possibilidades de retomada dos fluxos de comércio em níveis que possam ajudar a recuperação econômica da Argentina.

Espero que, em breve, possamos concluir as negociações relativas ao setor automotivo – que é de fundamental importância para nós, mas, neste momento, sobretudo para o país irmão e vizinho.

Enfim, trabalhamos de forma concreta para o fortalecimento do Mercosul, tendo presente também a importância do bloco no contexto das negociações para a criação da Alca.

A Alca, como já disse inúmeras vezes, será bem-vinda se atender a nossos interesses. Ninguém em sã consciência participa de um projeto que lhe traga prejuízo ou diminua suas chances de crescer. Assim como queremos um Mercosul em que todos os países membros possam crescer, também queremos uma Alca forte e viável, em que todos – e não uns poucos – possam auferir vantagens, expandir mercados e ganhar competitividade.

Todos sabemos que a América do Sul, hoje, tem apresentado focos de instabilidade e incerteza.

Isso, sem dúvida, representa um desafio para o Brasil, cujo propósito é justamente o de contribuir para a construção do espaço de integração sul-americana, para que seja um espaço de paz, de democracia e de desenvolvimento.

Em julho, haverá uma segunda reunião de Presidentes da América do Sul. Terá lugar em Guayaquil, no Equador, e eu espero que nessa oportunidade possamos avançar nas questões fundamentais que dizem respeito a esse projeto, como a integração física e energética, o combate

ao narcotráfico, a defesa da democracia e dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

O Brasil participa de uma série de esforços de cooperação no plano regional e internacional, com a consciência de estar vencendo uma etapa importante em sua própria trajetória de mudanças. A estabilidade, as reformas, o fortalecimento da cidadania, a maior capacitação científica e tecnológica, os esforços de transformação social – tudo o que temos feito no Brasil ao longo destes últimos anos nos credencia para enfrentarmos os desafios do século XXI.

O papel e a contribuição das Forças Armadas nessa trajetória são cruciais. O processo histórico que levou o Brasil a ser soberano, manter sua unidade e construir seu rumo de desenvolvimento tem a importantíssima participação de nossas Forças Armadas.

Não tenho dúvida de que, hoje, compartilhamos um momento que o futuro reconhecerá como de grandes avanços nos campos social, político e econômico. Esses avanços reafirmam uma posição de destaque de nosso país no contexto internacional.

É do conhecimento de todos que tenho em minha ascendência vários membros das Forças Armadas. Isso me deixa à vontade para confirmar o quão valiosa é a conquista profissional que esta cerimônia celebra.

Não falta repetir que, nesse novo mundo de incertezas, nesse novo mundo em que o Brasil tem um papel crescente, o desenvolvimento das Forças Armadas são o esteio da nossa possibilidade de continuarmos no caminho que tem sido trilhado por nós, de uma afirmação tranqüila dos nossos interesses, da nossa soberania, sempre nesse espírito de paz e de concórdia, mas que não descuida da necessidade da defesa.

Renovo, portanto, a alegria de compartilhar o justificado orgulho de seus familiares e amigos ao vê-los ostentando as novas platinas de oficiais-generais.

Cumprimento-os pelo objetivo conquistado e formulo votos de muitas realizações e de continuado êxito profissional.

Parabéns, e sejam felizes!

Muito obrigado.